

Quadro comparativo entre a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, e o Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

1

Legenda:

Texto vermelho: texto da Lei nº 7.210, de 1984, a ser revogado caso o Substitutivo da CCJ seja aprovado.

Texto azul: texto próprio do PLS nº 185, de 2004.

Texto verde: texto próprio do Substitutivo da CCJ.

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal)	Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004	Substitutivo da CCJ
	Regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.	Regula o emprego de algemas em todo o território nacional.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º Esta Lei regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.	Art. 1º Esta Lei regula o emprego de algemas em todo o território nacional.
	Art. 2º As algemas somente poderão ser empregadas nos seguintes casos:	
	I – durante o deslocamento do preso, quando oferecer resistência ou houver fundado receio de tentativa de fuga;	
	II – quando o preso em flagrante delito oferecer resistência ou tentar fugir;	
	III – durante audiência perante autoridade judiciária ou administrativa, se houver fundado receio, com base em elementos concretos demonstrativos da periculosidade do preso, de que possa perturbar a ordem dos trabalhos, tentar fugir ou ameaçar a segurança e a integridade física dos presentes;	
	IV – em circunstâncias excepcionais, quando julgado indispensável pela autoridade competente;	

Quadro comparativo entre a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, e o Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

2

Legenda:

Texto vermelho: texto da Lei nº 7.210, de 1984, a ser revogado caso o Substitutivo da CCJ seja aprovado.

Texto azul: texto próprio do PLS nº 185, de 2004.

Texto verde: texto próprio do Substitutivo da CCJ.

	V - quando não houver outros meios idôneos para atingir o fim a que se destinam.	
	Art. 3º É expressamente vedado o emprego de algemas:	Art. 2º É expressamente vedado o emprego de algemas:
	I – como forma de sanção;	I – como forma de castigo ou sanção disciplinar ;
		II – por tempo excessivo;
	II – quando o investigado ou acusado, espontaneamente, se apresentar à autoridade administrativa ou judiciária.	III – quando o investigado ou acusado se apresentar, espontaneamente, à autoridade policial ou judiciária.
		§ 1º As algemas deverão ser utilizadas, preferencialmente, nos punhos do custodiado.
		§ 2º Não serão admitidos outros instrumentos de redução da capacidade motora dos presos, salvo quando não houver disponibilidade de algemas nas oportunidades de seu emprego ou em situação excepcional para preservar a integridade física do preso, dos agentes envolvidos na operação, ou para garantir o êxito da operação, observado o disposto no art. 5º desta Lei.
		Art. 3º A inobservância do disposto no art. 3º deste Lei sujeita o infrator às penas cominadas para o crime de abuso de autoridade, sem prejuízo da responsabilidade civil e administrativa.

Quadro comparativo entre a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, e o Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

3

Legenda:

Texto vermelho: texto da Lei nº 7.210, de 1984, a ser revogado caso o Substitutivo da CCJ seja aprovado.

Texto azul: texto próprio do PLS nº 185, de 2004.

Texto verde: texto próprio do Substitutivo da CCJ.

	Art. 4º Os órgãos policiais e judiciários manterão livro especial para o registro das situações em que tenham sido empregadas algemas, com a indicação do motivo, lavrando-se o termo respectivo, que será assinado pela autoridade competente e juntado aos autos do inquérito policial ou do processo judicial, conforme o caso.	Art. 4º Os órgãos policiais e judiciários manterão livro especial para o registro das situações em que tenham sido empregadas algemas, com a indicação do motivo, lavrando-se o termo respectivo, que será assinado pela autoridade competente e juntado aos autos do inquérito policial ou do processo judicial, conforme o caso.
	Art. 5º Qualquer autoridade que tomar conhecimento de abuso ou irregularidade no emprego de algemas levará o fato ao conhecimento do Ministério Público, remetendo-lhe os documentos e provas de que dispuser, necessários à apuração da responsabilidade penal.	Art. 5º Qualquer autoridade que tomar conhecimento de abuso ou irregularidade no emprego de algemas levará o fato ao conhecimento do Ministério Público, remetendo-lhe os documentos e provas de que dispuser, necessários à apuração da responsabilidade penal.
	Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.	Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 199. O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal.		Art. 7º Fica revogado o art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal).